

Participação no II Congresso Ibero-Americano de Direitos de Autor e Direitos Conexos — 1994;

Curso do procedimento administrativo, promovido pelo Instituto Nacional de Administração (INA) — 1995;

Seminário sobre regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares, promovido pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território — 1995;

Curso sobre contencioso administrativo, promovido pelo INA — 1996;

Participante na acção de formação sobre regime jurídico das empreitadas e do licenciamento municipal, promovido pelo Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares — 1995;

Curso sobre o regime dos contratos públicos, promovido pelo INA — 1996;

Participante na conferência sobre o concurso público e outros procedimentos de contratação pública, promovido pelo SFN — 1996;

Participante na conferência «A contabilidade pública e a prestação de contas — Contabilidade orçamental», promovida pelo SFN — 1995;

Curso o novo quadro legal da fiscalização do Tribunal de Contas, promovido pela CEDREL — 1997;

Curso o novo regime das despesas públicas, promovido pela CEDREL — 1999;

Seminário a nova justiça administrativa, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa — 2004.

#### Formação complementar:

Frequência dos seguintes cursos de informática promovidos pela Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação: MS-DOS, Novell, Windows, Fox Pro e Works for Windows;

Frequência do curso promovido pelo Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça sobre fundamentos de assinaturas electrónicas — Lisboa.

#### Despacho n.º 12 008/2007

Considerando a publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, é nomeado, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 18.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, o licenciado José Ascenso Nunes da Maia para exercer, em comissão de serviço, o cargo de vice-presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), com efeitos a 1 de Maio de 2007.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como atesta o respectivo *curriculum*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

8 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

#### Curriculum vitae

Nome: José Ascenso Nunes da Maia.

Data de nascimento: 23 de Dezembro de 1953.

Local de nascimento: Alcobaça, freguesia e concelho de Alcobaça.

Formação académica: licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Junho de 1978.

Percurso e experiência profissionais:

Vogal do conselho técnico da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, da subsecção do registo comercial e de bens móveis, desde Novembro de 2001;

Inspector *ad hoc* de Julho a Dezembro de 1995;

Inspector extraordinário, afecto ao Serviço de Avaliação e Inspeção (SAI) da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, desde 1 de Janeiro de 1996, exercendo a sua actividade em diversas conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e cartórios notariais em Portugal continental, nas Regiões Autónomas e em São Tomé e Príncipe;

Conservador desde 6 de Agosto de 1980, exercendo esta actividade em diversas conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, tendo a classificação de serviço de *Muito bom*;

Formador de estágio dos auditores dos registos e do notariado;

Membro do grupo de trabalho para a introdução do euro nos registos e no notariado;

Leccionador do curso de formação de registos para advogados no conselho distrital de Évora da Ordem dos Advogados desde 1996;

Formador de acção de formação nas áreas da lei orgânica e dos registos predial, comercial e de automóveis para escriturários para acesso à carreira de ajudantes, tanto pela ASOR como pelo Sindicato, bem como na área do SIMPLEX (2003-2004, 2004-2005 e 2006);

Membro do júri do procedimento de ingresso na carreira de conservadores e notários;

Membro do grupo de trabalho para estudo dos vencimentos;

Desde 1 de Julho de 2005 exerce, em comissão de serviço, as funções de subdirector-geral dos Registos e do Notariado, tendo a seu cargo toda a área de avaliação e inspecção.

#### Despacho n.º 12 009/2007

Considerando a publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, é nomeado, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 16.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril, o licenciado António Gago da Câmara Teixeira Duarte para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director-adjunto do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), com efeitos a 1 de Maio de 2007.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como atesta o respectivo *curriculum*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

8 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

#### Nota curricular

##### I — Identificação:

Nome: António Gago da Câmara Teixeira Duarte;  
Estado civil: casado.

##### II — Formação académica:

Pós-graduação: 2000-2001: Direito da Sociedade da Informação (Internet, Direitos de Autor e Comércio Electrónico) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Ensino universitário: 1993-1999: licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada (vertente jurídico-comercial).

##### III — Experiência profissional:

É subdirector-geral da Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça desde Fevereiro de 2004;

De Março de 2002 a Janeiro de 2004 desenvolveu a actividade de advogado no Departamento de Contencioso da Sociedade de Advogados Simmons & Simmons Rebelo de Sousa (Rebelo de Sousa e associados), sociedade constituída em resultado da cisão do Grupo Legal Português (F. Castelo Branco, P. Rebelo de Sousa & Associados e Simmons & Simmons);

Entre Setembro de 1999 e Fevereiro de 2002 efectuou o estágio de advocacia na sociedade de advogados PMBGR — Pena, Machete, Botelho Moniz, Nobre Guedes, Ruiz e associados.

##### IV — Formação profissional:

De Fevereiro a Março de 2006 frequentou, com aproveitamento, o curso de formação profissional CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, organizado pelo Instituto Nacional de Administração;

Junho de 2003: curso sobre o arrendamento organizado pela Ordem dos Advogados;

Março de 2003: seminário «A reforma da acção executiva» organizado pela JURISNOVA — Associação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

De Março a Julho de 2002: curso de inglês jurídico no British Council de Lisboa;

Maio de 2001: conferência sobre o desenvolvimento do comércio electrónico nos Estados Unidos da América e na Europa, organizado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.